



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

HABEAS CORPUS Nº 0005258-55.2014.8.17.0000 (0335565-1)

IMPETRANTE: Bel. Eudes Clistenes Guerra Axiotes (OAB/PE 26.198)

PACIENTE: Wagner Pereira Xavier

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Maria Helena da F. Carvalho (Convocada)

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO E POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO, RECEPÇÃO, TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. MATÉRIAS DE MÉRITO E TESE DE DESCLASSIFICAÇÃO DO CRIME DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES PARA O DE USO (ART. 28 DA LEI 11.343/06). IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE NA VIA ELEITA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. PLEITO DE CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA AO PACIENTE. PRESENÇA DOS MOTIVOS AUTORIZADORES DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR DO PACIENTE. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DA LIBERDADE REQUERIDA CONSOANTE INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 321 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. Quanto às alegações de mérito e quanto à tese de desclassificação da conduta de tráfico ilícito de entorpecentes para o crime de uso, previsto no artigo 28 da Lei 11.343/2006, tem-se que acolher tais argumentos excede os estreitos limites do *habeas corpus*, ação constitucional de rito célere e cognição sumária, o qual não comporta dilação probatória;

2. Em sede de mutirão carcerário, o magistrado de piso, com base no parecer ministerial ofertado perante aquele juízo, reconheceu estarem presentes no caso concreto os requisitos autorizadores da manutenção do paciente no cárcere. Assim, vale ressaltar que condições subjetivas favoráveis do paciente, por si sós, não obstam a segregação cautelar, quando preenchidos seus pressupostos legais, segundo reiterada orientação jurisprudencial;

3. Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 0005258-55.2014.8.17.0000 (0335565-1), no qual figuram como partes as acima mencionadas, acordam os Desembargadores componentes da



57

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia 18 / 06 / 2014, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 18 de junho de 2014.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



58

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

HABEAS CORPUS Nº 0005258-55.2014.8.17.0000 (0335565-1)
IMPETRANTE: Eudes Clistenes Guerra Axiotes (OAB/PE 26.198)
PACIENTE: Wagner Pereira Xavier
RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal
PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Maria Helena da F. Carvalho (Convocada)

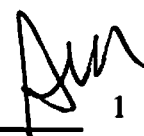
RELATÓRIO

O advogado Eudes Clistenes Guerra Axiotes impetrou a presente ordem de *habeas corpus*, com pedido liminar, em favor de **Wagner Pereira Xavier**, qualificado nos autos, apontando como autoridade coatora o Exmo Senhor Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de São Lourenço da Mata/PE, juízo perante o qual o paciente responde à ação penal de NPU 0003297-40.2013.8.17.1350.

Noticia o impetrante que o paciente foi preso em flagrante delito no dia 18/12/2013, em face da suposta prática dos crimes capitulados nos artigos 12 e 16 da Lei nº 10.826/2003 (posse irregular de arma de fogo de uso permitido e posse ilegal de arma de fogo de uso restrito); 180, *caput*, do Código Penal (receptação), bem como 33 e 35 da Lei nº 11.343/2006 (tráfico ilícito de entorpecentes e associação para o tráfico).

Relata que o paciente, ao chegar de seus afazeres externos, foi surpreendido por policiais militares no interior de sua granja e se deparou com a apreensão de vários objetos que ali estavam, dentre os quais, 01 (uma) arma de caça que usa flechas; 01 (um) revólver calibre 38; 02 (duas) espingardas de caça de baixo calibre; 01 (uma) soca-soca quebrada; projéteis; 01 (uma) motocicleta supostamente furtada; 01 (uma) rabeta de moto sem queixa alguma; 01 (uma) balança, bem como supostos 04 (quatro) papéletes da substância entorpecente conhecida como "maconha", conforme Auto de Apresentação e Apreensão de f. 19.

Argumenta, inicialmente, que, em virtude da pequena quantidade de droga apreendida no sítio do paciente, a polícia não poderia classificá-lo como traficante, mas tão somente usuário de drogas, haja vista ele ter se declarado dependente químico.


1



59

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Alega também que os objetos encontrados na residência do paciente teriam sido lá colocados pelo caseiro, não tendo aquele qualquer conhecimento da presença de tais objetos em sua propriedade.

Sustenta, em síntese, que o paciente sofre coação ilegal em sua liberdade de locomoção, pois, apesar de possuir condições pessoais favoráveis à liberdade provisória (primário, trabalhador, tem residência fixa e família que depende do seu sustento) e do mesmo não pôr em risco a ordem pública, não oferecer perigo algum à instrução criminal e se comprometer a comparecer a todos os atos para os quais for intimado, permanece preso cautelarmente.

Defende que há excesso de prazo na formação da culpa, haja vista estar o paciente recolhido desde o dia 18/12/2013 e, até a presente data, não ter sido sequer designada a audiência de instrução e julgamento.

Diante do exposto, requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva do paciente e a consequente expedição do competente alvará de soltura em seu favor. No mérito, pugna pela concessão do presente *writ* em definitivo.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 07/19.

O pleito liminar restou indeferido por meio da decisão interlocutória de fls. 26/28, ocasião em que também foram solicitadas as informações de praxe, as quais foram prestadas através do ofício de fls. 35/36, juntamente com os documentos de fls. 37/46.

Com a remessa dos autos a Ministério Público, a douta Procuradora de Justiça convocada, Dra. Maria Helena da Fonte Carvalho, ofertou o parecer de fls. 50/52 pela denegação da ordem.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Srs. Desembargadores,

Como visto, o impetrante interpôs a presente ordem de *habeas corpus* com o escopo de sanar suposto constrangimento ilegal à liberdade de

2



60

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

locomoção do paciente, alegando para tanto que há excesso de prazo na condução do feito e que o referido paciente faz jus à concessão da liberdade provisória, como acima relatado.

Vejamos.

Inicialmente, para um melhor deslinde do caso que ora se apresenta, vale destacar o que narrou a exordial acusatória, cuja cópia se encontra acostada às fls. 37/38.

Na inicial oferecida pelo *parquet* consta que, no dia 18/12/2013, por volta das 17:30h, na Rua Penedo, bairro Penedo de Baixo, no município de São Lourenço da Mata/PE, o paciente e o codenunciado Leonardo José Barbosa da Costa foram presos em flagrante delito pelos fatos abaixo narrados.

Depreende-se que policiais militares realizavam uma operação no bairro de Alberto Maia, na cidade de Camaragibe/PE, para verificação de um local onde funcionaria um desmanche de automóveis.

Ao chegarem ao local, uma granja, onde estavam o paciente e o codenunciado, este tentou fugir, mas foi detido e ambos foram presos em flagrante delito.

Infere-se que foram encontrados em poder do paciente 01 (um) revólver calibre 38, 05 (cinco) munições do mesmo calibre intactas, 01 (uma) munição calibre 44, 01 (um) distintivo da polícia civil, 01 (uma) balança de precisão, 01 (uma) câmera fotográfica, 01 (um) rádio automotivo, um porrete artesanal, uma arma de caça, um aparelho detector de som, a quantia de R\$ 40,00 (quarenta reais), carteiras de habilitação e celulares.

Também foram encontrados ao lado da piscina uma motocicleta roubada, modelo Bross branca, uma rabeta de motocicleta modelo Bross, bem como, ocultos em arbustos, 01 (uma) espingarda calibre 32, 02 (dois) cartuchos de mesmo calibre deflagradas, 01 (uma) espingarda modelo boito, 01 (uma) munição calibre 9mm, 02 (dois) cartuchos de mesmo calibre deflagrados e 01 (uma) munição 357.



61

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Com o codenunciado foram encontrados 04 (quatro) papелotes da substância conhecida vulgarmente como maconha, 01 (uma) placa PFK 4067 de uma motocicleta roubada e uma espingarda soca-soca.

Desta feita, o paciente e Leonardo José Barbosa da Costa foram denunciados como incurso nas penas dos artigos 33 e 35 da Lei 11.343/2006 (tráfico ilícito de entorpecentes e associação para o tráfico), 12 e 16 da Lei 10.826/2003 (posse irregular de arma de fogo de uso permitido e posse ilegal de arma de fogo de uso restrito) e artigo 180 do Código Penal (receptação).

Por sua vez, a autoridade impetrada informou às fls. 35/36 que a denúncia foi recebida no dia 24/01/2014. Nesta mesma ocasião, foi determinada a citação dos denunciados para apresentarem resposta à acusação, bem como foram requisitadas as folhas de antecedentes criminais de ambos, a fim de que fosse analisado o pedido de liberdade provisória feito naquela instância pela defesa do paciente.

Destacou ainda o magistrado processante que a defesa do paciente protocolou resposta à acusação, com rol de testemunhas, e, posteriormente, com a juntada da folha de antecedentes criminais deste Estado pelo paciente, os autos foram com vista ao Ministério Público, tendo o juiz de piso, após as manifestações ministeriais, requisitado a folha de antecedentes criminais do paciente do Estado da Bahia, ante a constatação de que este mantinha convivência com aquele Estado, e não com o Estado de Pernambuco.

Consta também que, posteriormente, o processo foi incluído no Ato nº. 300, de 01/04/2014, publicado no DJ-e nº. 64, do dia 04/04/2014 (Mutirão Carcerário) para avaliação da prisão dos denunciados, vindo aquele juízo, após as considerações ministeriais, a manter tais prisões.

O juiz singular informou que o processo está aguardando o envio da folha de antecedentes criminais pelo Estado da Bahia para análise da manutenção ou não da prisão do referido paciente, estando a secretaria do juízo monitorando o prazo de cumprimento de tal informação. Destacou que, apesar do paciente ter apresentado a sua resposta à acusação, o outro denunciado não constituiu advogado, estando aquele juízo no aguardo da apresentação da resposta à acusação pela Defensoria Pública, a qual já teve acesso aos autos.



62

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

O magistrado processante consignou que, considerando, a unidade de processo e julgamento, não seria o caso de desmembramento processual, para designar audiência de instrução e julgamento.

Quanto à manutenção da prisão do paciente, afirmou que não há que se falar em constrangimento ilegal por excesso de prazo, eis que a observância do excesso deve ser aferido pelo conjunto dos prazos processuais e materiais, e não pela consideração individual de cada um no processo, devendo-se ainda considerar a complexidade do caso sob análise (tráfico ilícito de drogas, receptação e porte ilegal de arma de uso permitido e de uso restrito), envolvendo 02 (dois) acusados, e a demora do Acusado Leonardo em apresentar resposta à acusação.

Afirmou ainda que não se pode esquecer que há demora natural na apresentação da folha de antecedentes criminais oriunda de outro Estado (BA), da qual o paciente não se pode beneficiar e usar em seu favor o tempo para a execução da diligência, pois se assim o fosse, haveria a instituição da impunidade para aqueles de naturalidade diversa do Estado onde se deu o suposto fato criminoso, eis que se beneficiariam da ausência de integração do sistema persecutório de cada Estado e, inclusive, da União, por meio da Polícia Federal.

Por fim, nas informações em comento a autoridade impetrada afirmou que aquele juízo não está sendo desidioso na análise e condução do processo, não estando pendente qualquer ato a ele atribuído, bem como que o tempo de prisão cautelar não fere o princípio da proporcionalidade e razoabilidade para fins de se alegar constrangimento ilegal por excesso de prazo na conclusão da instrução processual.

Pois bem.

Inicialmente, quanto às alegações de mérito e quanto à tese de desclassificação da conduta de tráfico ilícito de entorpecentes para o crime de uso, previsto no artigo 28 da Lei 11.343/2006, tem-se que acolher tais argumentos excede os estreitos limites do *habeas corpus*, ação constitucional de rito célere e cognição sumária, o qual não comporta dilação probatória, conforme reiterada orientação jurisprudencial firmada no Superior Tribunal de Justiça. Confira-se precedente nesse sentido:



63

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

(...) 4. Não é possível, na estreita via do *habeas corpus*, apreciar os pedidos de absolvição e de desclassificação da conduta de tráfico ilícito de drogas para uso de entorpecentes, dada a necessidade de aprofundado exame do acervo fático-probatório. Precedentes. (...) (HC 283.548/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014)

Superada essa questão, passemos à análise das matérias próprias do *writ*.

Quanto ao alegado excesso de prazo, tem-se que não merecem prosperar os argumentos ventilados no bojo desta impetração.

Explico.

Como bem destacou o magistrado singular em suas informações e como reiteradamente venho consignando em meus votos, é de amplo conhecimento no meio jurídico que, no que se refere à contagem do prazo para conclusão dos feitos criminais, eventual excesso de prazo deve ser analisado à luz do princípio da razoabilidade, sendo permitido ao juízo, em hipóteses excepcionais, ante as peculiaridades da causa, a extrapolação dos prazos previstos na lei processual penal, visto que essa aferição não resulta de simples operação aritmética.

In casu, de acordo com o informado pelo juiz de piso, bem como em consulta ao sistema Judwin, o que se verifica é que o feito tem sido impulsionado pela autoridade apontada como coatora e que em nenhum momento o processo esteve parado, não havendo assim qualquer mora que possa ser imputada ao juízo processante.

Ademais, consta das informações retromencionadas que, após o oferecimento da resposta à acusação pelo codenunciado, será designada audiência de instrução e julgamento e de acordo com o sítio eletrônico de informações processuais deste tribunal, os autos estão com remessa à Defensoria Pública para que seja oferecida tal defesa.

Assim, verifica-se que inexistente excesso de prazo injustificado ou mesmo desarrazoado, tendo em vista que o processo está sendo devidamente



64

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

impulsionado, não se verificando qualquer incúria por parte do juízo de primeira instância.

Instada a se manifestar, a douta Procuradoria de Justiça, em parecer exarado pela ilustre Procuradora de Justiça por convocação, Dra. Maria Helena da Fonte Carvalho, opinou pela denegação da ordem nos seguintes termos (fls. 50/52):

“(…) Da leitura das informações enviadas pela autoridade impetrada (fls. 35-36), nota-se que embora estendidos os prazos processuais, o processo conta com dois réus, estando pendente apresentação da defesa preliminar por corréu para designação de audiência instrutória, somados, ainda, a apresentação de vários pedidos de revogação da prisão preventiva, os quais já foram devidamente analisados (…) Dessarte, pelos fundamentos apresentados, não se constata excesso de prazo desarrazoado, considerando que a demora no trâmite processual não tem sido provocada pelo juízo (…)”

Por fim, no que tange à argumentação de que não estão presentes os requisitos para a prisão preventiva do paciente e de que este faria jus à concessão do benefício da liberdade provisória, friso que também não merece acolhida a argumentação do impetrante.

Conforme se verifica à fl. 46v, em sede de mutirão carcerário, o magistrado de piso, com base no parecer ministerial ofertado perante aquele juízo, reconheceu estarem presentes no caso concreto os requisitos autorizadores da manutenção do paciente no cárcere.

Entendeu aquele togado que os crimes imputados ao paciente são graves e exigem, por parte dos Poderes Públicos, toda atenção para seu combate, repressão e repressão.

Nesse contexto, resta inviável a concessão do benefício da liberdade provisória ao paciente, tendo em vista o que dispõe a legislação penal pátria. Condições pessoais favoráveis não asseguram a liberdade provisória, quando demonstrada a necessidade de segregação cautelar.



65

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Em face de tudo o que foi exposto, e em consonância com o posicionamento ministerial, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife, 18 de junho de 2014.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator